

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Capitão-de-Corveta LUIS HENRIQUE DEGANI MACHADO

A REVITALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA E
OS BENEFÍCIOS PARA A MARINHA DO BRASIL.

Rio de Janeiro

2008

Capitão-de-Corveta LUIS HENRIQUE DEGANI MACHADO

A REVITALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA E
OS BENEFÍCIOS PARA A MARINHA DO BRASIL.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: Professora Ana Cristina Reif

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2008

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	O BRASIL E A MARINHA	4
2.1	A grandeza	4
2.2	O ambiente regional, o entorno estratégico e as ameaças	5
2.3	A Marinha do Brasil	6
3	A INDÚSTRIA DE DEFESA	8
3.1	Histórico	8
3.2	As dificuldades	9
4	A INDÚSTRIA DE DEFESA E A MARINHA DO BRASIL	12
4.1	Revitalizando a Indústria Nacional de Defesa	12
4.2	Benefícios da revitalização para a Marinha do Brasil	14
5	CONCLUSÃO	16
	REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

Dono de uma imensa porção territorial, o Estado brasileiro possui, também, um extenso litoral e uma área marítima a ele associado de dimensões igualmente gigantescas. Tanto no continente, com suas jazidas minerais, reservas florestais e imensos recursos hídricos, quanto no mar com a prospecção de petróleo, potencial pesqueiro e linhas de comunicações marítimas por onde trafega boa parte de nossos negócios, a riqueza nacional é evidente.

Transformando nossa abundância de recursos naturais em resultados econômicos, atingimos um Produto Interno Bruto (PIB) de mais de US\$ 800 trilhões, situado entre os dez maiores do mundo. Isto nos fez considerar aspirações políticas, também dignas de uma potência, como por exemplo, um assento permanente no Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas (ONU).

Apesar de possuímos uma tradição pacífica, onde a última participação em conflitos que envolvessem o território nacional ocorreu há muito tempo, na Guerra do Paraguai (1864 – 1870), não podemos, diante desta grandeza econômica e considerando nossas aspirações políticas, considerar que conflitos, envolvendo nosso território, nossas linhas de comunicação marítimas ou nossos nacionais nunca irão ocorrer. Por isso, se faz necessário pensarmos em uma estrutura de defesa, na qual o preparo das Forças Armadas é essencial, que garanta nossos interesses e nossa soberania.

Ao se falar em preparo das Forças Armadas, sentimos a necessidade de uma indústria de defesa que possa auxiliá-las a desempenhar o papel que nossa sociedade espera.

Iniciada no século XIX, nossa indústria de defesa atingiu seu ápice na década de 1980, vindo a diminuir muito suas atividades a partir da década de 1990 e encontrando, atualmente, algumas dificuldades para retomar seu crescimento. Sua revitalização pode ser possível e os benefícios para as Forças Armadas seriam muito importantes.

Finalmente, mostrando a grandeza do Estado brasileiro e as ameaças que podem oferecer algum tipo de risco, passando pelo papel que nossa marinha deveria desempenhar para garantir a defesa de nossos interesses e chegando ao histórico do desenvolvimento e das dificuldades de nossa indústria de defesa, este estudo tentará mostrar como a revitalização da indústria nacional de defesa poderia auxiliar a Marinha do Brasil (MB) a desempenhar suas atividades da melhor forma possível e de acordo com as orientações e diretrizes presentes na Política de Defesa Nacional (PDN).

2 O BRASIL E A MARINHA

2.1 A grandeza

Ao olharmos para o Brasil, percebemos claramente suas vastas dimensões territoriais. Porém, associado a esta vasta porção continental, existe um litoral de mais de 7.000 km e uma imensa área marítima constituída pela Zona Econômica Exclusiva¹, de 200 milhas náuticas (mn) de largura, e pela Plataforma Continental², que pode atingir até 350 mn, onde muitas riquezas já foram descobertas e muitas outras ainda estão por ser. A PDN, aprovada pelo decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, reconhece esta grandeza:

A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar permitiu ao Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, uma verdadeira “*Amazônia Azul*”. Nessa imensa área estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de potencial pesqueiro. (BRASIL, 2005b, p.8).

Grande parte do nosso comércio exterior, algo em torno de 95%, flui através do mar, e mais de 80% de nossa produção de petróleo é extraída de plataformas marítimas, e apesar da dependência do mar para a sobrevivência do Brasil ser muito grande, isto não é percebido pela grande maioria dos brasileiros (PESCE, 2006b).

A grandeza do Estado brasileiro, física e de recursos naturais, foi transformada, ao longo do tempo, em grandeza econômica, conforme observado por Pesce (2006a, p.104), quando afirma que “Existem no mundo cinco megapaíses, que juntos concentram cerca de metade da população e do Produto Interno Bruto mundial: Estados Unidos, China, Índia, Rússia e Brasil”, e em aspiração política, ao se candidatar a um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU (PESCE, 2004).

¹ “Espaço marítimo definido como sendo uma zona situada além do mar territorial e a ele adjacente, que se estende a até 200 milhas da linha da costa [...] Na ZEE, os Estados costeiros têm o direito de exercer sua soberania para fins de exploração e aproveitamento dos recursos biológicos e minerais existentes no leito e subsolo do mar e nas suas águas sobrejacentes, bem como dos demais usos econômicos do mar.” (BRASIL, 2002, p. 1-10).

² “A plataforma continental jurídica de um Estado costeiro abrange o leito e o subsolo das áreas marinhas que se estendem além do seu mar territorial [...] em alguns casos, poderá avançar além de 350 milhas marítimas.” (BRASIL, 2002, p. 1-11).

Verificamos que o Estado brasileiro já reúne condições de se tornar uma potência econômica e política, ainda que regional. “Nosso país já ultrapassou há muito o estágio de potência regional, tendo quase todas as características de uma potência média com interesses mundiais. O que lhe falta é vontade para assumir seu lugar no mundo [...]” (PESCE, 2003, p.135).

2.2 O ambiente regional, o entorno estratégico e as ameaças

O ambiente regional no qual o Brasil se localiza é o subcontinente da América do Sul, e seu entorno estratégico é a projeção pela fronteira do Atlântico Sul, além dos países limítrofes da África. Apesar do reconhecimento da América do Sul como uma região pacífica, o surgimento de conflitos ou ameaças aos interesses nacionais não podem ser descartados (BRASIL, 2005b).

Constatamos que nossas dimensões continentais e nosso posicionamento geográfico nos fazem donos de grandes fronteiras, tanto terrestres quanto marítimas. Juntas, elas são nossas portas de entrada, e facilitam o fortalecimento de nossas relações comerciais e políticas com outros Estados, mas podem, também, servir de acesso para algumas ameaças. O professor Pesce (2006b, p. 93) reconhece a capacidade de se estabelecer ligações com outros Estados por vias marítimas quando afirma que “[...] pelo mar, temos fronteiras com a maior parte dos países do planeta.” Preocupar-se com a integridade de nossos nacionais e dos interesses de nosso Estado, ainda que estejamos inseridos em uma região reconhecidamente pacífica, parece plausível, além disso, uma consideração sobre as ameaças que podem nos trazer algum risco deve ser realizada.

A grande biodiversidade e a vasta reserva de recursos naturais do Estado brasileiro podem se tornar objeto de interesse internacional. Em relação à Amazônia Legal³, a presença do Estado e a ocupação da faixa de fronteira são dificultadas pela precariedade do sistema de transporte terrestre aliada à baixa densidade demográfica. Isto poderá facilitar a ação de grupos com objetivos divergentes dos objetivos nacionais (BRASIL, 2005b).

³ “Em termos administrativos brasileiros, a região chamada Amazônia Legal é composta dos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.” Disponível em: <<http://www.sivam.gov.br/AMAZONIA/apres1.htm>>. Acesso em: 5 ago. 2008.

A cobiça pelos recursos naturais de nosso Estado é ressaltada por Pesce (2007, p.137) na seguinte colocação:

O incremento na produção de petróleo do Brasil e dos países da África Ocidental – em boa parte proveniente da plataforma continental – vem aumentando a importância estratégica do Atlântico Sul para as potências ocidentais. Isso poderia resultar numa militarização forçada deste oceano – pelo aumento da presença naval ocidental em suas águas ou pela instalação de bases em países da área. [...] A água é outro recurso essencial, cujo suprimento se tornará crítico nas próximas décadas. O Brasil possui os maiores recursos hídricos do planeta, concentrados na Amazônia e no Aquífero Guarani. Além disso, não podemos nos esquecer do potencial dos recursos naturais da Antártica, cuja exploração está atualmente “congelada” por tratado internacional.

Outras nuances que podemos destacar são: o término da Guerra Fria (1991), diminuindo a previsibilidade das relações internacionais; o surgimento de novos atores, como as Organizações Não-Governamentais, por exemplo, dificultando os arranjos de segurança dos Estados; e o reconhecimento dos delitos transnacionais e do terrorismo internacional como ameaças à paz (BRASIL, 2005b). Devemos observar, também, as zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais, que ao aumentarem suas proporções, podem se expandir até áreas do território nacional.

Não podemos descartar a ação dos piratas modernos, seus danos causados à economia e sua possível ligação com terroristas, elegendo as costas da Somália, Nigéria, Indonésia, Malásia e das Filipinas como áreas com maior índice de ocorrências. Apesar destas ações ainda não interferirem com o tráfego marítimo brasileiro, a preocupação com nossas linhas de comunicação marítimas não pode ser desconsiderada (PESCE, 2006b).

Acabamos de elencar apenas algumas das possíveis ameaças que podem interferir de alguma forma com os interesses do Estado brasileiro. A princípio, não se pode prever sua ocorrência, porém devemos estar preparados para evitar seus danos.

2.3 A Marinha do Brasil

Após um breve resumo do atual cenário no qual o Brasil se insere, revelando um pouco de sua grandeza física e de recursos naturais, seu entorno estratégico e das ameaças que podem lhe trazer algum tipo de risco, veremos, agora, qual enfoque deve ser dado no preparo e configuração de uma marinha que seja capaz de garantir os interesses de um Estado com tantas riquezas e aspirações comerciais e políticas.

Destacamos da PDN algumas orientações estratégicas e diretrizes que deverão nortear o preparo de nossas Forças Armadas, em especial a MB, objeto deste estudo.

Orientações Estratégicas:

6.12 Em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional.[...]

6.14 No Atlântico Sul, é necessário que o País disponha de meios com capacidade de exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras, bem como manter a segurança das linhas de comunicações marítimas.[...]

6.17 Para ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos, o Brasil deverá intensificar sua participação em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais. (BRASIL, 2005b, p. 13).

Diretrizes:

I - manter forças estratégicas em condições de emprego imediato, para a solução de conflitos;

II - dispor de meios militares com capacidade de salvaguardar as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;[...]

V - aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil;

VI - aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da Amazônia brasileira;[...]

X - proteger as linhas de comunicações marítimas de importância vital para o País;[...]

XXII - participar ativamente nos processos de decisão do destino da região Antártica;[...]

XXV - participar de missões de paz e ações humanitárias, de acordo com os interesses nacionais [...]. (BRASIL, 2005b, p.15-16).

Em virtude de nossa posição e aspirações políticas e comerciais, e sempre à luz da PDN, que visa à defesa de nossos interesses e de nossos nacionais, se faz necessário que o Estado brasileiro possua uma marinha bem treinada, com dimensões e capacidade para operar em mais de um ambiente e, se possível, em condições de realizar missões simultaneamente.

Primeiramente, teremos que dispor de meios com capacidade de operar a longas distâncias, atuando na salvaguarda de nacionais, pessoas e recursos, na vigilância e defesa das águas jurisdicionais brasileiras no Atlântico Sul e na proteção de nossas linhas de comunicações marítimas. Depois, meios que possam operar no cenário fluvial, para defesa da Amazônia brasileira e de suas fronteiras. E por último, uma tropa de Fuzileiros Navais com preparo para atuar nas diversas missões de paz e ações humanitárias que poderão ser solicitadas pela ONU, além de auxiliar na salvaguarda de nacionais, como já citado anteriormente. Não podemos nos esquecer, também, do adestramento de nossos homens, para

que possamos estar sempre prontos e em condições de sermos empregados tão logo sejamos acionados.

Finalmente, caso o Estado brasileiro não seja capaz, através de seus meios militares, de garantir sua defesa e, tão pouco, contribuir para a estabilidade mundial, seu papel na ONU será de refém dos interesses dos membros do Conselho de Segurança, no sentido de ter que acatar a todas as deliberações sem direito a veto. Para que isto seja evitado, no caso específico da MB, é necessário o reaparelhamento dos nossos navios que operam em águas oceânicas, a longas distâncias, da nossa tropa anfíbia, o Corpo de Fuzileiros Navais, e dos nossos navios costeiros, fluviais e de atividades subsidiárias, como os que atuam, hoje, nos Distritos Navais e nos serviços hidrográficos (PESCE, 2004, 2006b).

3 A INDÚSTRIA DE DEFESA

3.1 Histórico

De acordo com o General Amarante, nossa indústria nacional de defesa iniciou suas atividades em 1762, no chamado ciclo dos arsenais, com a construção da Casa do Trem de Artilharia, que mais tarde se chamaria de Arsenal do Trem. No ano seguinte surgiu o Arsenal de Marinha. Com a chegada da família real, houve um aumento da atividade industrial e do surgimento de arsenais. Alguns deles compõem, hoje, a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL).

Da proclamação da República (1889) até meados da década de 1940, deu-se início o ciclo das fábricas militares, com o reequipamento do Exército e da Marinha, desgastados após a Guerra do Paraguai (1864-1870). A idéia era usar os arsenais para montar e manter os armamentos importados. Até 1930, este ciclo foi marcado pela instabilidade política da República e pela preocupação maior com a segurança interna. A partir de 1930, foram implantadas várias fábricas, por iniciativa do Exército, que tinham a intenção de tornar o Brasil independente das importações. Podemos observar que, nesta fase, toda a tecnologia usada era importada e não possuíamos capacidade industrial para fabricação de material pesado de emprego militar, como canhões, metralhadoras e viaturas pesadas, devido à ausência de uma indústria de siderurgia pesada no Brasil, que só veio aparecer em 1945 com a construção da Companhia Siderúrgica Nacional.

A partir de meados da década de 1940, deu-se início ao ciclo da Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Apesar de nosso desenvolvimento tecnológico ter sido atenuado, durante e após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), pela importação de equipamentos militares que tiveram seus custos de aquisição bastante reduzidos, devido ao acordo de cooperação militar com os Estados Unidos da América (EUA), surgia, nas Forças Armadas, a idéia de que a P&D seria importante para tornar o Estado brasileiro independente na obtenção de material bélico. Nesta fase, as três Forças se esforçaram para fomentar o desenvolvimento de uma indústria nacional de defesa, tendo uma boa resposta da iniciativa privada.

Após atingir o ápice da base industrial nacional de defesa no final da década de 1980, atingindo a posição de 8º exportador mundial, segue-se, a partir da década de 1990, um período de redução da Base Industrial de Defesa (BID)⁴ e das atividades de P&D, causado por uma série de fatores, como a disponibilidade dos arsenais após o término da guerra fria, a queda de barreiras tarifárias, o aumento da competitividade, além de uma postura nacional desfavorável aos gastos com defesa (AMARANTE, 2004).

3.2 As dificuldades

Após este breve relato da evolução da indústria nacional de defesa, veremos, a seguir, alguns fatores que podem estar impedindo o seu desenvolvimento.

De acordo com Pesce (2003, p.132) “[...] é preciso refutar e combater a falsa idéia de que, por ser um país pacífico sem pretensões hegemônicas, o Brasil não possui inimigos e não necessita de defesa e nem de Forças Armadas.”

A PDN reconhece que a maioria dos brasileiros não acredita que exista algum tipo de ameaça ao território nacional, e assume, como um de seus propósitos, a conscientização da sociedade brasileira a respeito da defesa da nação:

Após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política de Defesa Nacional é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros. (BRASIL, 2005b, p.3).

⁴ “[...] conjunto das empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que participem de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa”. (BRASIL, 2005a, p.1).

Durante o século XX, o estabelecimento de interesses voltados para o continente, deixou de desenvolver nossa mentalidade marítima, apesar da grande dependência do mar para nosso Estado. Mudar esta visão será importante para o início de um período de desenvolvimento econômico e social, baseado no aumento de atividades marítimas e navais, e para o crescimento da consciência do povo brasileiro em relação à defesa (PESCE, 2005).

Como podemos notar, o longo tempo que permanecemos sem conflitos e a falta de uma mentalidade marítima desenvolvida em nosso povo podem estar contribuindo para que alguns segmentos da sociedade não percebam a importância da Defesa Nacional⁵ para o Estado brasileiro e, tão pouco, a necessidade do desenvolvimento de uma indústria nacional de defesa e de seus benefícios para as Forças Armadas, em especial, para a MB.

Analisando a questão do orçamento destinado à defesa, notamos que este setor, em especial as Forças Armadas, não vem sendo aquinhado com valores que estimulem seu desenvolvimento:

A relação de gastos militares em percentagem do PIB aponta a China em 31º lugar (4,3% em 2002) [...] e o Brasil em 86º lugar (1,9%) [...] A Organização das Nações Unidas considera razoável que, em tempo de paz, os países membros gastem até 5% do PIB com suas Forças Armadas. (PESCE, 2004, p. 109).

A indústria nacional de defesa defende a criação de um fundo de pesquisa vinculado ao Ministério da Defesa, assim como a vinculação dos gastos públicos com as Forças armadas a um percentual do PIB. Os números indicam que, nos últimos três anos, o governo brasileiro vem procurando manter – se não recuperar – o nível dos orçamentos de defesa [...] Entretanto as graves restrições financeiras que afetam a área militar permanecem. (PESCE, 2006a, p. 109).

Assim, percebemos que, além da União destinar uma pequena parcela do PIB à defesa, esses valores não são previsíveis ao longo dos anos. Para Pesce (2005), o Orçamento da União deveria deixar de ser autorizativo para se tornar impositivo. Isto facilitaria o planejamento de programas de desenvolvimento, investimento e reaparelhamento da Forças Armadas e de uma indústria de defesa a elas associada.

Outra questão a ser considerada é a tributária. Cândido (2006, p. 13) afirma que são as “DISTORÇÕES TRIBUTÁRIAS que estimulam a importação de produtos e equipamentos do setor de defesa em detrimento da indústria nacional.”

Chaves (2004, p. 13) destaca a incidência de impostos sobre o material de defesa:

⁵ “Conjunto de medidas e ações do Estado com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.” (BRASIL, 2005b, p. 4).

Os impostos e contribuições que concorrem para a formação final dos custos de materiais de defesa são agregados, na origem das aquisições, através dos insumos e, ao final, quando da emissão da nota fiscal de faturamento dos mesmos. Há, portanto, impostos sobre o custo do produto e impostos sobre o preço final do produto.

O problema tributário pode estar inibindo a capacidade empreendedora da iniciativa privada, pois uma política de incentivo às importações aliada a um aumento do preço final do produto reduzem a competitividade da indústria nacional com os produtos oriundos do exterior.

Ainda, como citado anteriormente, com o declínio da indústria de defesa, a partir da década de 1990, veio uma redução nas atividades de P&D. Isto nos levou a um atraso tecnológico considerável e ao aumento de nossa dependência de Estados mais desenvolvidos industrialmente, como podemos notar em Cruz (2006, p. 359):

[...] com particular ênfase nos fatores internos e externos que determinaram o atrofamento da indústria bélica nacional e a redução dos investimentos em atividades de P&D militar, com a conseqüente ampliação do “gap” tecnológico existente entre as Forças Armadas brasileiras e suas congêneres ao norte do Equador. Esse processo [...] gerou uma situação de acentuada dependência externa no fornecimento de material bélico [...]

Não podemos nos esquecer da importância dada a P&D pela PDN, que menciona em uma de suas diretrizes que se deve “[...] estimular a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de produção de materiais e serviços de interesse para a defesa”. (BRASIL, 2005b, p. 15).

Como último fator, abordado neste estudo, que pode estar comprometendo o desenvolvimento da indústria nacional de defesa, vejamos a questão da demanda da produção de materiais de defesa.

Segundo Campos Filho e Dagnino (2007, p.196):

As Forças Armadas brasileiras não demandam necessariamente e de forma consistente o armamento produzido localmente. Embora tenha sido mediante o seu poder de compra que praticamente todos os sistemas de armas produzidos pela IDB⁶ tenham se viabilizado, suas encomendas foram claramente insuficientes para impedir a crise dessa indústria.

A falta de demanda contribuiu para a crise que se instalou em nossa indústria de defesa, porém, como veremos adiante, a procura de mercados não deve ser uma meta prioritária para a recuperação da indústria de defesa.

⁶ Indústria de Defesa Brasileira

Apesar do potencial que o Brasil possui e aspira, necessitamos resolver algumas questões a respeito de nossa indústria nacional de defesa. Seu desenvolvimento, além de reduzir nossa dependência de Estados mais avançados tecnologicamente, traria alguns benefícios à nossa marinha, contribuindo para o desempenho de seu papel na defesa de nossos interesses e reforçando estrategicamente nossa posição no cenário mundial, ou pelo menos regional, diminuindo qualquer tipo de ameaça ao nosso território, aos nossos nacionais e à nossa soberania.

4 A INDÚSTRIA DE DEFESA E A MARINHA DO BRASIL

4.1 Revitalizando a indústria nacional de defesa

Após termos conhecido a evolução de nossa indústria nacional de defesa e nos familiarizado com alguns dos problemas que podem estar impedindo o seu crescimento, veremos, a seguir, de uma forma bastante abrangente, algumas medidas que poderiam revitalizá-la ou facilitar a retomada de seu crescimento.

O desenvolvimento de uma mentalidade de defesa no povo brasileiro poderia facilitar o entendimento de atividades relacionadas com o desenvolvimento de nossa indústria nacional de defesa. Questões como o aumento do Orçamento da União voltado para a defesa em detrimento de outras áreas, participação de tropas brasileiras em missões de paz no exterior sob a égide da ONU e a realização de missões de adestramento das Forças Armadas, entre outras, seriam mais palatáveis por todos os segmentos da sociedade brasileira.

Segundo Pesce (2006b, p. 92):

No início do século XXI, o crescente grau de dependência de nossa economia com relação ao uso do mar [...] torna necessária uma valorização maior das atividades marítimas. Esta mudança de enfoque é essencial para viabilizar um novo ciclo prolongado de crescimento econômico e desenvolvimento social no País. Do ponto de vista nacional, a adoção pelo Brasil de uma estratégia com enfoque marítimo seria amplamente benéfica para suas relações comerciais, assim como para sua defesa.

Como vimos anteriormente, um dos propósitos da PDN é a conscientização da sociedade brasileira de que a defesa de nosso estado é um dever de todos, e ressalta, em uma de suas orientações estratégicas, que “O desenvolvimento de mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira é fundamental para sensibilizá-la acerca da importância das questões que

envolvam ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do País.” (BRASIL, 2005b, p.14).

A questão da mentalidade de defesa poderia, também, diminuir resistências em outras duas áreas de interesse da indústria de defesa que estão intimamente relacionadas, mas que não contribuem, atualmente, para o seu crescimento: Política de Governo e Orçamento da União.

Como podemos observar em Chaves (2004, p. 12), nossa indústria de defesa carece de Políticas de Governo regulares, que incentivem seu crescimento e facilitem planejamentos a longo prazo:

O tratamento inconsistente dado por sucessivos Governos aos incentivos à regulamentação da produção e à própria venda de armamentos e outros materiais de uso militar, evidencia a falta de um planejamento, em âmbito nacional, para a Indústria, refletindo, hoje, na sua dificuldade de auto sustentação (*Sic*).

Os gastos atuais com a Defesa Nacional não são excessivos. Porém, devido ao grande peso dos encargos sociais para o Estado brasileiro, somente o crescimento da economia poderá determinar um aumento na parcela do Orçamento da União, de caráter impositivo, destinado à defesa (PESCE, 2006a).

Logo, percebemos que o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa, nos diversos segmentos da sociedade brasileira, respaldaria nossos governantes a adotarem políticas que reconhecessem, incentivassem e mantivessem o desenvolvimento de nossa indústria de defesa, destinando, de forma impositiva e não autorizativa, uma parcela maior do Orçamento da União às Forças Armadas e a uma indústria que fosse capaz de apoiá-las. Talvez, desta forma, problemas como a modernização dos meios e investimentos em P&D pudessem ser resolvidos. Cruz (2006, p. 414) afirma que “O imperativo de dotar as Forças Armadas brasileiras de equipamentos compatíveis com as suas missões no século XXI exigirá a viabilização econômica da IBMD⁷ e dos investimentos e P&D.” Para que tudo isto possa ocorrer não podemos nos esquecer que o crescimento da economia se faz prioritário.

Vejamos, agora, uma questão bastante relevante. A indústria de defesa, como observaram Campos Filho e Dagnino (2007, p.192-193), funciona, a princípio, de maneira deficitária:

Toda nação tem direito de dissuadir o agressor, repeli-lo, se preciso for com o uso da sua Força Armada, tendo o governo o dever de prepará-la para isso moral e materialmente. Este pressuposto que seguramente é consensual obriga os países a

⁷ Indústria Bélica de Material de Defesa.

despender recursos para aprestar sua Força Armada e, eventualmente, caso a sociedade assim o deseje, a implantar uma indústria de defesa. Dado seu objetivo precípua – a defesa do país – ela não terá porque apresentar qualquer outro benefício para seus cidadãos. Na verdade, ela tenderá a funcionar de maneira deficitária.

Desta forma, tendo superado ou não nossas dificuldades econômicas, operar com prejuízos, quando se trata de indústria de defesa, não representa nenhum absurdo, cabendo esta decisão, em última análise, à própria sociedade. Mais uma vez, percebemos a necessidade da consolidação de uma mentalidade de defesa que, certamente, tornaria esta idéia mais palatável.

Por último, porém não menos importante, analisemos a falta de demanda para a nossa indústria de defesa. O Brigadeiro Chaves (2004, p. 17) nos mostra como o binômio oferta/procura no cenário mundial aliado aos baixos orçamentos de nossas Forças Armadas afetaram nossa indústria de defesa:

Escassez de mercado – a redução de até 50% dos arsenais e efetivos da OTAN, a desintegração do Pacto de Varsóvia e o fim da Guerra do Golfo geraram imensos excedentes de produtos de defesa (alguns de alta tecnologia) no mercado mundial, com preços baixos, distanciando as indústrias brasileiras dos consumidores nacionais e internacionais. As Forças Armadas brasileiras, com orçamentos inexpressivos, não conseguem manter um patamar mínimo de encomendas para manter a nossa Indústria.

A falta de um mercado consumidor, interno ou externo, reduz a vontade dos empresários em investir na indústria de defesa por razões óbvias. Campos Filho e Dagnino (2007) consideram que a procura de mercados externos seria uma forma de redução de prejuízos, e somente seria concretizada após a implantação da indústria. Levando-se em consideração o caráter deficitário deste setor e, por outro lado, sua importância, parece plausível que ações governamentais que incentivem ou, até mesmo, subsidiem investimentos nesta área sejam realizadas, desde que apoiadas pelo povo brasileiro.

Como podemos notar, o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa parece ser o passo inicial que deve ser dado em direção à revitalização de uma indústria de defesa que possa dar suporte às necessidades de nossas Forças Armadas.

4.2 Benefícios da revitalização para a Marinha do Brasil

Não obstante alguns benefícios que o desenvolvimento de uma indústria de defesa poderia trazer para o Estado brasileiro, como geração de empregos e maior participação na integração regional ou mundial, com a exportação de produtos, mão-de-obra e tecnologia,

consideraremos, apenas, aspectos que poderiam agir como facilitadores da MB no desempenho de seu papel.

Destacaremos o avanço tecnológico associado ao desenvolvimento industrial no campo da defesa como um dos fatores mais importantes para assegurar e desencadear vantagens para a atuação da MB. O Almirante Barboza (2005, p. 75) ressalta a importância do domínio tecnológico, principalmente em relação a armamento e sensores:

A situação naval envolve um grande dilema: num navio de guerra, cerca de 40% a 50% do seu custo, dependendo do seu maior ou menor poder combativo, concentra-se no Sistema de Combate, que compreende armas e sensores – eis o grande eixo tecnológico que, se não dominado, nos torna dependentes, mesmo que haja domínio tecnológico sobre os demais sistemas, pois no fundo ele é a razão de ser de um navio de guerra [...].

Desenvolver tecnologia, própria e avançada, permitiria ao Estado brasileiro reduzir a dependência dos Estados mais industrializados e reequipar nossa marinha, talvez não a um custo inicial menor, mas sem os problemas de manutenção e reposição de sobressalentes que hoje ela enfrenta e com sistemas de armas mais modernos que lhe propiciaria melhores condições de exercer a vigilância nas águas jurisdicionais brasileiras e a proteção de nossas linhas de comunicações marítimas.

Quando falamos na revitalização de nossa indústria de defesa, não podemos nos esquecer da nacionalização a ela associada, não apenas de sobressalentes, mas também, de projetos, fábricas e órgãos reparadores.

Freitas (2007, p.91) destaca a importância da nacionalização:

O desempenho, a disponibilidade, o apoio, a confiabilidade e a eficácia de um produto são sempre importantes, mas para navios de guerra são vitais. **O conhecimento máximo desejável a radicar no País deve ser o que permita conceber, projetar, produzir, provar, operar, manter e aperfeiçoar um produto, e daí passar a outros mais complexos e valiosos.**

A diversidade e disponibilidade de produtos e mão-de-obra de qualidade no mercado nacional reduziriam as importações e poderiam tornar mais rápidos e, a princípio, menos dispendiosos o reparo e a aquisição de meios e equipamentos, tornando a MB uma força mais ágil e disponível para pronto emprego, como prevê a PDN.

Uma indústria nacional de defesa fortalecida poderia contribuir, através da especialização de sua mão-de-obra, para a operação com maior destreza dos novos sistemas de armas e sensores que associada com maiores disponibilidades de nossos meios e equipamentos e com uma maior rotina de missões de treinamento darão à MB o preparo

necessário para conquistar credibilidade junto aos demais Estados e às organizações internacionais, dificultando, assim, o surgimento de ameaças que possam oferecer riscos aos interesses do Estado brasileiro.

5 CONCLUSÃO

O Estado brasileiro, a partir de suas grandes riquezas naturais, continentais e marítimas, atingiu uma posição de destaque no cenário regional onde está inserido.

Atualmente, mais de 90% de nosso comércio exterior flui através do mar, além disso, a extração de petróleo nas plataformas marítimas e o potencial pesqueiro aumentam. Estes fatores tornam inegável nossa dependência em relação ao mar.

A inexistência de conflitos recentes, a característica pacífica de seu ambiente regional, o subcontinente da América do Sul, e uma política voltada para interesses continentais fizeram com que nossa mentalidade, marítima e de defesa, não se desenvolvesse. Porém, não podemos descartar a idéia de que um Estado, com tantas riquezas naturais, extensas fronteiras e aspirações políticas, conviva com ameaças que colidam com seus interesses. Nesse sentido, um dos objetivos deste estudo foi mostrar como deveríamos preparar nossa marinha para que ela fosse capaz de garantir nossos interesses, comerciais e políticos.

Aliando crescimento econômico com o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa, que permita o aumento da parcela do Orçamento da União destinado à Defesa Nacional e às Forças Armadas, poderíamos fomentar e retomar o crescimento de nossa indústria nacional de defesa. Isto nos permitiria mobilizar e capacitar a MB, e o seu pessoal, com meios, equipamentos e armamentos que contribuíssem para formar a imagem de uma marinha tão forte e representativa, no cenário mundial e perante aos organismos multinacionais, quanto às aspirações de nosso Estado.

Finalmente, gostaríamos de deixar claro que revitalizar a indústria de defesa não será uma tarefa fácil e dependerá de vários outros fatores que não foram abordados neste estudo. Porém, sua contribuição para facilitar a MB no desempenho de seu papel será muito importante.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, José Carlos Albano do. Indústria de Defesa. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n. 800, p.55-64, dez. 2004. Quadrimestral.

BARBOZA, Tiudorico Leite. Ciência Tecnologia e inovação na marinha do Brasil: Origem e evolução; crítica e proposta de reformulação. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 125, n. 10/12, p. 59-80, out. 2005. Trimestral.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-135: Manual de Direito Internacional Aplicado às Operações Navais**, 2002.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional da Indústria de Defesa**. Brasília, DF, 2005a

_____. Presidência da República. **Política de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2005b

CÂNDIDO, Jairo. **Indústria Nacional de Defesa**. In: Simpósio da Indústria Nacional de Defesa, 1, 2006, Escola de Guerra Naval – Rio de Janeiro. Apresentação em Microsoft Power Point. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/simpIndNacDef.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2008.

CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos. Tecnologia militar e indústria bélica no Brasil. **Security and Defense Studies Review**. V. 6, n. 3, p. 359-416, 2006. Disponível em <http://www.ndu.edu/chds/Journal/PDF/2006/Lucas_article-edited.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2008.

CHAVES, Antônio Hugo P. **A Indústria de Defesa**. In: Seminário Sobre O Adensamento da Cadeia Produtiva da Indústria Aeronáutica, 1, 2004, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Rio de Janeiro. Apresentação em Adobe Acrobat. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminário/aer_defesa1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2008.

CAMPOS FILHO, Luiz Alberto Nascimento; DAGNINO, Renato Peixoto. Análise sobre a viabilidade de Revitalização da Indústria de Defesa Brasileira. **Brazilian Business Review**. Vitória, v. 4, n. 3, p. 191-207, set. 2007. Quadrimestral. Disponível em: <http://www.bbronline.com.br/upld/trabalhos/pdf/140_pt.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2008.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

FREITAS, Élcio de Sá. A busca da grandeza (II). **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 127, n. 04/06, p. 89-106, abr. 2007. Trimestral.

PESCE, Eduardo Ítalo. Uma potência não-hegemônica. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 123, n. 10/12, p. 131-136, out. 2003. Trimestral.

_____. Brasil, “país-monstro”. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 124, n. 07/09, p. 107-112, jul. 2004. Trimestral.

_____. **Projeção internacional do Brasil no século XXI:** Contornos estratégicos de uma marinha oceânica. In: Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, 5, 2005, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – Rio de Janeiro. Disponível em:<[http://www.ensino.eb.br/5encontro/docs/UFF-Contornos Estrategicos_de_uma Marinha Oceanica.pdf](http://www.ensino.eb.br/5encontro/docs/UFF-Contornos_Estrategicos_de_uma_Marinha_Oceanica.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2008.

_____. Forças Armadas e o Orçamento da União em 2005. **Revista Marítima Brasileira.** Rio de Janeiro, v. 126, n. 04/06, p. 103-112, abr. 2006a. Trimestral.

_____. A Marinha do Brasil e a ordem marítima mundial do século XXI. **Revista Marítima Brasileira.** Rio de Janeiro, v. 126, n. 07/09, p. 89-108, jul. 2006b. Trimestral.

_____. Uma marinha oceânica para o Atlântico Sul. **Revista Marítima Brasileira.** Rio de Janeiro, v. 127, n. 04/06, p. 135-151, abr. 2007. Trimestral.